

Je

Jornal do
Engenheiro

A caminho do mercado de trabalho



Sabrina Barotto, aluna do último ano do curso de engenharia civil na Universidade Santa Cecília.

Futuros engenheiros falam sobre suas expectativas com a profissão. Jovens preocupam-se com superexploração, mas acreditam nas oportunidades.

Páginas 4 e 5



INJUSTIÇAS A SEREM REPARADAS

Eng. Murilo Celso
de Campos Pinheiro
Presidente

ENTRE AS MUITAS MUDANÇAS que precisam ser implementadas no Brasil, estão duas questões que têm sido objeto da luta do movimento sindical, mas que ainda não sensibilizaram governo e Congresso Nacional. São elas o fator previdenciário e a tabela do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), cujas regras penalizam majoritariamente os trabalhadores. No mês de novembro, o Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) produziu notas técnicas sobre os dois temas, demonstrando os equívocos praticados atualmente. O fator previdenciário foi instituído pela Lei 9.876, de 26 de novembro de 1999, com o objetivo de retardar as aposentadorias, forçando o trabalhador a permanecer mais tempo no mercado e contribuindo com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Em outras palavras, o mecanismo, que reduz o benefício a ser recebido de acordo com a expectativa de vida, desestimula o cidadão a pleitear um direito que é seu. Conceitualmente injusto, o fator previdenciário tem também defeitos em sua formulação que concorrem ainda mais para prejudicar o trabalhador. Em primeiro lugar, como aponta o estudo do Dieese, adota uma taxa de juros arbitrária e subestimada, o que gera maior redução do benefício. Depois, está a expectativa de vida, determinada por

cálculo feito anualmente, o que torna impossível ao beneficiário saber qual será o valor da sua aposentadoria. Por fim, o Dieese aponta que deveria ser cristalino. O fator previdenciário prejudica a todos, mas especialmente aqueles que entraram no mercado de trabalho mais jovens e atingiram o tempo de contribuição para aposentadoria por volta dos 50 anos. Ou seja, trata-se de mecanismo perverso a acentuar a desigualdade por afetar em especial os mais pobres.

Na discussão sobre o IRPF, coloca-se em pauta a necessidade de um sistema tributário justo e, portanto, progressivo. Ou seja, quem tem mais, paga mais. Medida essencial para se chegar a isso é primeiramente corrigir a defasagem da tabela, que soma 61,24% desde 1996, apesar dos reajustes feitos desde 2007, de 4,5% ao ano. Se hoje quem ganha R\$ 4.271,59 mensais já paga 27,5%, essa alíquota passaria a ser aplicada apenas a salários a partir de R\$ 6.887,52, caso fosse levada em conta a inflação desses anos todos. Ao tomar essa providência, o governo poderá inclusive compensar a arrecadação por meio de uma nova estrutura de tributação que contemple faixas de rendimen-

Dar fim ao fator previdenciário e corrigir a tabela do Imposto de Renda são medidas essenciais a serem tomadas para que o trabalhador deixe de ser excessivamente penalizado.

to diversas. Para se ter uma ideia, conforme a nota do Dieese, entre 1976 e 1978, havia 16 níveis de ganhos, o que tornava a cobrança do imposto mais adequada a cada contribuinte. De 1989 a 1990, eram nove; depois, caiu para três; a partir de 2009, passou aos atuais cinco. Em tese, é possível criar até alíquotas acima da máxima atual sem tributar excessivamente contribuintes cuja renda é considerada alta artificialmente devido à distorção gerada pela não correção da tabela. O fator previdenciário e o IRPF têm em comum o fato de pesarem no bolso de quem trabalha e dá sua contribuição efetiva à construção do País. Já passou da hora de se introduzir um critério de justiça no regramento dessas questões.



JORNAL DO ENGENHEIRO — *Publicação quinzenal do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo*

Diretora responsável: Maria Célia Ribeiro Sapucahy. Conselho Editorial: Murilo Celso de Campos Pinheiro, João Carlos Gonçalves Bibbo, Celso Atienza, João Paulo Dutra, Henrique Monteiro Alves, Laerte Conceição Mathias de Oliveira, Carlos Alberto Guimarães Garcez, Fernando Palmezan Neto, Antonio Roberto Martins, Edilson Reis, Esdras Magalhães dos Santos Filho, Flávio José Albergaria de Oliveira Brízida, Marcos Wanderley Ferreira, Aristides Galvão, Celso Rodrigues, Cid Barbosa Lima Junior, Fabiane B. Ferraz, João Guilherme Vargas Netto, Luiz Fernando Napoleone, Newton Güenaga Filho, Osvaldo Passadore Junior e Rubens Lansac Patrão Filho. Colaboração: Delegacias Sindicais. Editora: Rita Casaro. Repórteres: Rita Casaro, Soraya Misleh, Lourdes Silva e Rosângela Ribeiro Gil. Projeto gráfico: Maringoni. Diagramadores: Eitel Almeida e Francisco Fábio de Souza. Revisora: Soraya Misleh. Apoio à redação: Luís Henrique Costa e Monique Alves. Sede: Rua Genebra, 25, Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01316-901 – Telefone: (11) 3113-2650 – Fax: (11) 3106-8829. E-mail: imprensa@seesp.org.br. Site: www.seesp.org.br. Tiragem: 31.000 exemplares. Fotalito e impressão: Folha Gráfica. Edição: 1º a 15 de dezembro de 2013. Artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo a opinião do SEESP.

ANATEC



Democracia para valer

Celso Rodrigues

AS MANIFESTAÇÕES QUE observamos nas ruas são mensagens da população brasileira indicando que existe descontentamento geral e que algo deve ser mudado em nossos sistemas de governo. O fato não é tão evidenciado nas manifestações em si, mas se observarmos as pesquisas de opinião pública, veremos que o grau de confiança nas instituições democráticas está absurdamente baixo.

Destaque-se ainda que os graus mais baixos de confiabilidade incidem justamente sobre instituições que devem formar as bases do sistema democrático, quais sejam o Congresso Nacional e os partidos políticos. Assim, a população não se vê representada por seus eleitos.

Há décadas discute-se a reforma política com medidas que, no meu entender, não iriam mudar nada de concreto no cenário atual. Alteram apenas a forma de se elegerem representantes cujos desempenhos deverão manter as mesmas deficiências hoje expostas.

Devemos dar um passo importante e firme para o futuro, promovendo a participação direta da população nacional nas decisões relevantes do governo. Para tanto, pode-se utilizar os recursos atualmente disponíveis ao invés de persistir no ultra-

passado sistema representativo que se mostra cada vez mais desgastado.

Hoje, a tecnologia permite que a opinião popular seja manifestada de forma segura e inequívoca por voto direto. Propostas de mudanças na legislação, consultas de opinião e projetos de lei relevantes podem ser submetidos diretamente à apreciação de todos, usando-se os meios eletrônicos. Isso inclui o reconhecimento

É preciso aderir a mecanismos de participação direta da população nos destinos do País, pois sistema representativo está superado.

biométrico, que resulta em ainda maior segurança. Dessa maneira, a participação do povo na condução de seu destino torna-se muito mais efetiva.

O processamento de valores monetários, feito com extrema eficiência e confiabilidade, evidencia a possibilidade de que medidas legais, que atingem a vida de cada cidadão, possam ser discutidas e votadas com participação dos mais afetados por elas. Isso sim seria uma reforma dos sistemas políticos.

Adotando-se essa nova postura, certamente despertaremos novamente o interesse do povo pelos assuntos do Estado nacional e o desenvolvimento político, social e cultural de nossa população.

Celso Rodrigues é diretor da Delegacia Sindical do SEESP em Campinas



MORALIZANDO



Qual o horizonte que sua empresa quer alcançar?

Divulgue seu produto ou serviço aos engenheiros do Estado de São Paulo.

Anuncie aqui!

(11) 99173-0651

(11) 3284-9880

Sua ART pode beneficiar o Sindicato dos Engenheiros. Ao preencher o formulário da ART, não esqueça de anotar o código 068 no campo "entidade de classe". Com isso, você destina 16% do valor para o SEESP. Fique atento: o campo não pode estar previamente preenchido.



FUTUROS ENGENHEIROS *criticam superexploração d*

Rosângela Ribeiro Gil

A ENGENHARIA ASSUMIU PAPEL de destaque nos debates nacionais por conta da nova fase do País. O censo do ensino superior do ano de 2012, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), confirma essa tendência, mostrando que as matrículas nos cursos da área foram as que mais cresceram – 16,6% ante 2011.



Arquivo pessoal

Para o presidente do SEESP, Murilo Celso de Campos Pinheiro, o País está diante do desafio de ampliar esse contingente e garantir-lhe formação de qualidade. “É vital à nação dispor de mão de obra qualificada e apta a enfrentar as tarefas ligadas aos avanços necessários na infraestrutura e indústria nacionais”, afirma. Por isso, o **JE** conversou com alguns formandos de 2013 para saber quais as suas expectativas em relação ao mercado de trabalho e como eles veem a profissão no Brasil de hoje.

Um traço comum aos entrevistados é que todos dizem que escolheram o curso por afinidade com as ciências exatas, o raciocínio lógico e por gostarem de saber como “as coisas funcionam”. “Sempre fui uma criança curiosa. Ao longo do tempo, vi que os meus pais nem sempre poderiam tirar minhas dúvidas, e que eu mesmo precisaria começar a procurar as respostas”, sintetiza Rodrigo da Silva Benevides, aluno do quinto ano de engenharia física da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Ele faz questão de dizer que estudou em escola pública e que veio de uma família humilde na qual graduação era algo raro.

Na avaliação do professor Cláudio Antônio Cardoso, do Departamento de Física da UFSCar, a questão salarial e a empregabilidade também contam nessa decisão pela carreira. Benevides já tem uma ideia desse mercado, que considera exigente demais. “Disputas para vagas de estágio ou *trainee* em grandes empresas são concorridíssimas e, mesmo para quem passa, não é um mar de rosas”, diz. Ele critica que muitos engenheiros – e às vezes até estagiários – trabalham dez, 12 horas por dia, com pressão e prazos apertados. “Além disso, mesmo dizendo que haverá *job rotation* e um aprendizado individualizado para *trainees* e estagiários, muitas empresas acabam exigindo

que estes façam trabalhos de funcionários já efetivos, mas com menor salário e direitos.”

Tiago Santiago, que tinha curiosidade de saber como as coisas funcionavam, que montava e desmontava brinquedos, hoje, aos 23 anos, está prestes a ser um novo engenheiro físico do País, também pela UFSCar, mas já tem uma visão crítica do que vem pela frente. “Creio que a engenharia brasileira está um tanto desvalorizada. Muitos vão para a área de finanças e de gestão devido aos melhores salários”, opina, e mostra que já conhece os direitos da categoria, citando a importância da lei federal (4.950-A/66) que estabelece o piso salarial do profissional. Ele reclama das empresas que exigem experiência sem dar chance aos recém-formados e que contratam o engenheiro como analista, “para fugir do piso”.

O aluno de mecânica da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli-USP), Fábio Seiti Aguchiku, 23 anos, reforça a crítica e afirma que a maioria das empresas quer um engenheiro qualificado, mas não paga uma remuneração condizente com a formação do profissional e ainda utiliza a jogada de contratar como analista. E é categórico: “Mão de obra experiente e boa não falta no Brasil.”

Engajamento

Na outra ponta está Túlio Benetom, graduando em agronomia pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (Esalq/USP), de Piracicaba. Ele optou pelo curso por gostar de plantas e animais e quer trabalhar na área de fitotecnia (produção vegetal). Aos 21 anos, chegará ao mercado com vontade de “fazer a diferença”. “Entre pensando apenas em contribuir para a produção de alimentos, reduzindo a fome no mundo”, lembra. Depois de cinco anos, vê a sua carreira como uma “missão”: “Temos de usar todas as tecnologias e habilidades desenvolvidas durante a formação acadêmica para atuarmos na cadeia produtiva de alimentos, agroenergia (etanol), fibras (roupas) e plantas medicinais,

respeitando o meio ambiente e atendendo as necessidades da sociedade em relação à qualidade e à viabilidade econômica.”

Ele tem uma opinião positiva sobre a engenharia brasileira. Acredita que os profissionais são “reconhecidos no mercado pela rápida capacidade de raciocínio e tomada de decisão, além da grande habilidade em liderança”. Ao mesmo tempo, Benetom aconselha que os estudantes da área prezem por uma formação de excelência “para contribuir de forma marcante na busca por melhorias e desenvolvimento do nosso país”. Santiago, que pretende atuar na área de pesquisa e desenvolvimento, também quer desenvolver tecnologias novas visando o bem comum. “Isso me traria uma grande realização profissional”, garante.

Risco de evasão

Para o consultor acadêmico do Instituto Superior de Inovação e Tecnologia (Isitec), José Marques Póvoa – que, por 35 anos, lecionou na UFSCar e foi coordenador do Departamento de Engenharia Física da instituição –, é importante observar o aluno que entra no curso e o profissional que sai. Póvoa cita quase um “rito de passagem” do jovem, quase menino, que passa no vestibular e se torna adulto dentro da faculdade. Ele distingue entre esses os de período noturno e os da carga integral. Os primeiros, explica, são mais maduros e têm o perfil da pessoa que já sabe o que quer, “estão na faculdade para melhorar de vida”. Já os jovens de 17 e 18 anos de idade, que estudam o dia todo, têm uma bagagem ainda do estudante de colégio, habituado ao apoio do professor. “Com o tempo, ele vai perceber que no curso de engenharia o estudo deve ser diário, por um tempo de cinco a seis horas, e sozinho.”

Esse “choque” de realidade pode fazer o jovem desistir. Todavia, outros elementos compõem o cenário da evasão escolar, segundo o professor Cardoso, para quem os cursos superiores brasileiros são muito “arrastados”, sequenciais e abstratos, “enquanto nossos alunos são acelerados, multitarefas e gostam do trabalho prático”. No geral, indica ele, os responsáveis pelo



Arquivo pessoal

Amanda Martins avalia que quase 50% dos alunos desistem do curso de engenharia por dificuldade em acompanhar as aulas.

O mercado E APOSTAM NO POTENCIAL BRASILEIRO

Beatriz Arruda



É preciso ter muita atenção ao jovem que entra na faculdade de engenharia, observa José Marques Póvoa, consultor do Isitec.

abandono dos cursos de engenharia são: conteúdos e metodologias obsoletos, distanciamento entre aulas e práticas profissionais e falta de orientação e conversa com o discente. “Este último item é importante. O aluno é exposto a disciplinas difíceis, que exigem muita dedicação, e muitas vezes não sabe a importância disso. Se você é exposto a uma rotina dura que não tem sentido, é natural que você se pergunte se fez a escolha certa e se isso vale a pena. Está aberta a porta da evasão.”

Amanda Martins da Silva, 22 anos, que faz engenharia de produção no Instituto Mauá de Tecnologia (IMT), no *campus* de São Caetano do Sul, concorda que o curso é muito puxado. Por isso, avalia, “mais ou menos 50% desistem porque não conseguem acompanhar o ritmo das aulas”. Por outro lado, destaca, quem conclui a faculdade sai muito valorizado. “As matérias que são dadas no curso preparam você para um mercado muito amplo, que vai além até da engenharia”, observa.

Não é bem assim

Aguchiku relata que quando entrou na Poli-USP pensou que isso lhe proporcionaria um leque imenso de opções, com várias empresas lhe procurando. Além de

admitir que é um pensamento “bem prepotente”, o formando percebe agora que a realidade não é bem assim. “É verdade que por estar na Poli recebi vários anúncios de vagas, mas não passa disso, durante o processo seletivo pouco importa, ou é até pior, devido à expectativa criada pelos selecionadores.” Atualmente, Aguchiku está fazendo estágio numa empresa de *softwares*.

Póvoa também fala da “síndrome” do mercado disponível. “Muitas vezes, o aluno acha que ao terminar o curso, o mundo vai bater à sua porta para contratá-lo. Aí, nas primeiras entrevistas de grandes empresas, ele vai enfrentar processos seletivos com mais de 10 mil candidatos até. Ele vai ver que tudo o que ele não fez nos primeiros anos de estudo vai pesar naquela hora.” Por isso, orienta o consultor acadêmico, esse aluno precisa entender que o aprendizado é contínuo. “No Isitec, vamos preparar um curso *top* para que o profissional seja solicitado praticamente à porta da universidade. A nossa proposta é um curso em que haja atividades de manhã à noite. Queremos incentivar o estudante a ficar dentro da faculdade para que ele adquira o hábito de estudar fora do horário de aula.”

A complexidade do aprendizado de engenharia, todavia, não foi obstáculo para Sabrina Barotto, 33 anos, do quinto ano de engenharia civil da Universidade Santa Cecília (Unisanta), de Santos. “A formação acadêmica se inicia com um turbilhão de informações novas e complexas. E é nesse universo que professores de diversas opiniões, indagações e áreas de conhecimento começam a ‘plantar’ a semente do futuro em cada um de nós.” Para ela, o Brasil mudou e acorda para a engenharia civil. “Estamos vivendo um momento não mais de evolução, mas de revolução tecnológica em todos os setores.”

Barotto discorre sobre sua impressão em relação à profissão hoje no País, passados os anos de ostracismo, quando boas cabeças de engenharia foram parar em outras áreas. “Com o tempo, a criação de outras opções acadêmicas, a maior abertura política, a globalização e o crescimento

tecnológico, isso foi mudando”, analisa e projeta, ainda, um futuro promissor com possibilidades de atuação em telefonia, na indústria do petróleo ou de alimentos, no setor naval, na aviação e na medicina.

Insuficiência de profissionais

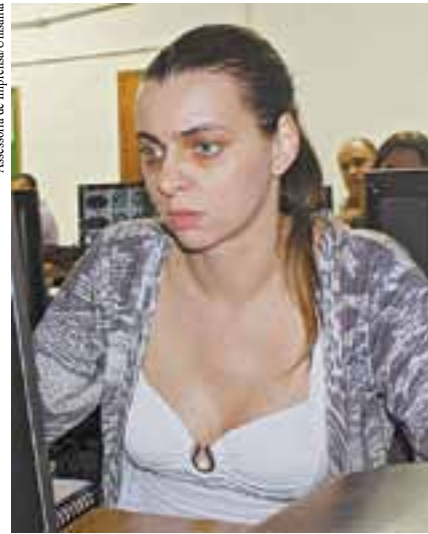
A recente polêmica de que o Brasil carece de engenheiros também é discutida pelos formandos. Aguchiku diz que acompanhou o tema ouvindo a opinião de professores e lendo jornais. Para ele, o problema reside no fato de o País ter preferido comprar tecnologia de fora em detrimento de desenvolver algo em território nacional. “Então, ficamos um tempo sem investir na área técnica, por isso talvez tenhamos falta de profissionais experientes nessa área.” Barotto acredita que a situação vai melhorar à medida que existam mais investimentos em infraestrutura, pesquisa e tecnologia.

Benevides relaciona o descompasso entre demanda e oferta à própria formação econômica brasileira. “Passamos muitos séculos sendo considerados um país atrasado em termos de tecnologia, que só exportava matéria-prima e importava produto manufaturado.” No entanto, ela vê com bons olhos as últimas duas décadas, quando se começou a ter “uma maior preocupação em produzir tecnologia nacional”.

Santiago avalia que essa polêmica é antiga e que “sempre se ouviu falar na falta de engenheiros”. O grande problema, para ele, é que a maioria das empresas exige experiência e não investe no profissional recém-formado. “Deveria ter mais incentivo ao treinamento nas indústrias e, para isso, seria interessante uma maior aproximação entre a universidade e o mercado de trabalho”, reconhece.

Benevides, que não sabia muito bem o que ia cursar – “a minha ideia de engenheiro físico era próxima daquela apresentada em ‘O mundo de Beakman’” –, resume a trajetória de tantos jovens que entram no universo da engenharia, citando o físico alemão Albert Einstein (1879-1955): “Uma mente que se abre a uma nova ideia jamais volta ao seu tamanho original.”

Assessoria de Imprensa Unisanta



Barotto vê um futuro promissor para a engenharia, que hoje é imprescindível para quase todos os setores, da indústria de petróleo à medicina.

Arquivo pessoal



A formação econômica brasileira, segundo Benevides, fez com que o País se tornasse um exportador de matéria-prima, relegando o desenvolvimento tecnológico.



Em Marília, *valorização* dos engenheiros

Soraya Misleh

EM RECONHECIMENTO à importância da categoria para o desenvolvimento do município, a Prefeitura local tem pago o salário mínimo profissional aos engenheiros do quadro da administração direta – entre 15 e 20 no total. O piso é definido pela Lei 4.950-A/66 em nove salários mínimos vigentes no País para jornada diária de oito horas de trabalho – segundo o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Francisco Rezek, norma “recepcionada” pela Carta Magna, que lhe conferiu “estatura constitucional”.

Segundo o prefeito de Marília, Vinícius Almeida Camarinha, “nosso esforço é por reconhecer a carreira fundamental para o desenvolvimento do município. Assim, há interesse de cada vez mais valorizarmos o profissional, com plano de carreira e incentivos maiores”. O chefe do Executivo local enfatizou a importância da categoria para a cidade e o País como um todo, “no âmbito de geração de emprego, crescimento, formação”.

Marília vive, conforme ele, um ciclo virtuoso de expansão em que se aponta a necessidade de mais engenheiros no mercado, profissão essencial para a concretização do “imenso volume de investimentos que têm sido feitos aqui”. Camarinha informa que estão previstas para 2014 inversões públicas das três esferas governamentais (municipal, estadual e federal) da ordem de R\$ 1 bilhão “em grandes obras de infraestrutura, habitação, educação, saúde, mobilidade urbana, todos os segmentos”. Ele salienta: “No saneamento, temos uma obra já iniciada, com previsão de término em dois anos, de mais de R\$ 100 milhões, que garantirá 100% de tratamento de esgoto.” O prefeito ressalta ainda obra de mobilidade urbana que está planejada: “Estamos preparando parceria público-privada para construir o veículo leve sobre trilhos (VLT) na malha ferroviária do município. Vai ser uma conquista histórica a viabilização desse mecanismo de transporte público. Temos a ferrovia cortando a cidade, inoperante, e queremos fazer o VLT como se fosse um metrô de superfície para atender toda a população (220 mil habitantes, conforme informação oficial).” Observando que sem a categoria nenhum desses projetos poderia sair do papel, Camarinha prevê que inúmeros postos de trabalho serão gerados a essa mão de obra em Marília. A própria Prefeitura, como indicou ele, estuda a realização de concurso público para ampliar seu quadro “em diversos segmentos, inclusive de engenheiros, justamente para atender essa demanda, o crescimento do município de forma sustentável, permanente”. Soma-se a isso a expansão industrial

que, de acordo com o chefe do Executivo, tem sido registrada na cidade, em especial nos setores alimentício e de metalurgia, “sobretudo genuinamente marilienses”.

À espera de reconhecimento

O pagamento do piso aos engenheiros e sua valorização, como ocorre no município, são bandeiras prioritárias levantadas pelo SEESP. Muitas administrações públicas insistem em não pagar o valor definido aos engenheiros que integram seu quadro funcional, alegando não estarem submetidos à legislação. Em palestra na sede do SEESP, na Capital, no dia 23 de outubro último, Rezek foi categórico. “A Lei 4.950-A/66 não estabelece limites ao seu alcance. E já li várias vezes a Constituição, também não encontrei nada nesse sentido.”

Além de pagar piso aos profissionais, Prefeitura estuda plano de carreira e outros incentivos à categoria no município.

Ele destacou que “não só o inciso V do artigo 7º da Constituição Federal (que acolhe o tema do salário mínimo profissional) poderá ser invocado para resolver a questão do pagamento do piso a todos (celetistas ou não), mas a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e todos os tratados de direitos humanos que o País é signatário, os quais asseguram que para igual trabalho deve haver igual salário”.



Wilson Ruiz/Prefeitura Municipal de Marília

Prefeito de Marília, Vinícius Camarinha (1º à esquerda), em reunião com o presidente do SEESP, Murilo Pinheiro, e demais dirigentes estaduais e regionais do sindicato.

DELEGACIAS DO SINDICATO – ALTA MOGIANA: Av. Mogiana, 1.885 – Ribeirão Preto – CEP: 14075-270 – Tels.: (16) 3628-1489 - 3969-1802 – E-mail: altamogiana@seesp.org.br. ALTO TIETÊ: R. Coronel Souza Franco, 720 – CEP: 08710-020 – Tel./fax: (11) 4796-2582 – E-mail: seesp.mogidascruzes@terra.com.br. ARAÇATUBA: R. Antônio Pavan, 75 – CEP: 16020-380 – Tel.: (18) 3622-8766 – E-mail: aracatuba@seesp.org.br. ARARAQUARA: R. São Bento, 700 – 10º and. – sala 103 – CEP: 14800-300 – Tel./Fax: (16) 3322-3109 – E-mail: araraquara@seesp.org.br. BAIXADA SANTISTA: Av. Senador Pinheiro Machado, 424 – Santos – CEP: 11075-000 – Tel./Fax: (13) 3239-2050 – E-mail: baixadasantista@seesp.org.br. BARRETOS: Av. Cinco, nº 1.145 – CEP 14783-091 – Telefones: (17) 3322-7189 - 3324-5805 - 3322-8958 – E-mails: barretos@seesp.org.br - seespbarretos@uol.com.br - seespbarretos@gmail.com. BAURU: Rua Constituição, 8-71 – CEP: 17013-036 – Tel./Fax: (14) 3224-1970 – Página: seesp.org.br/bauru.html – E-mail: secretaria@seespbauru.org.br. BOTUCATU: R. Rangel Pestana, 639 – CEP: 18600-070 – Tel./Fax: (14) 3814-3590 – E-mail: botucatu@seesp.org.br. CAMPINAS: Av. Júlio Diniz, 605 – CEP: 13075-420 – Tels.: (19) 3368-0204 / 0205 / 0206 – E-mail: campinas@seesp.org.br. FRANCA: R. Voluntário Jaime de Aguiar Barbosa, 1.270 – CEP: 14403-365 – Tels.: (16) 3721-2079 - 3722-1827 – E-mail: franca@seesp.org.br. GRANDE ABC: R. Haddock Lobo, 15/19 – Santo André – CEP: 09040-340 – Tel.: (11) 4438-7452 – Fax: (11) 4438-0817 – E-mail: abc@seesp.org.br. GUARATINGUETÁ: R. Pedro Marcondes, 78 – sala 34 – CEP: 12500-340 – Tel./Fax: (12) 3122-3165 – E-mail: guaratingueta@seesp.org.br. JACAREÍ: Av. Pensilvânia, 531 – CEP: 12300-000 – Tel./Fax: (12) 3952-4840 – E-mail: jacarei@seesp.org.br. JUNDIAÍ: R. Prudente de Moraes, 596 – CEP: 13201-004 – Tel.: (11) 4522-2437 – E-mail: jundiaseesp@terra.com.br. LINS: Rua Rio Branco, 273 – Ed. Galeria Torre de Lins – 9º andar – Sala 94 – Centro – Lins/SP – CEP: 16400-085 – Tel.: (14) 3522-2119 – E-mail: seesplins@terra.com.br. MARÍLIA: R. Carlos Gomes, 312 – cj. 52 – CEP: 17501-000 – Tel./Fax: (14) 3422-2062 – E-mail: seespmar@uol.com.br. PINDAMONHANGABA: R. Dr. Rubião Junior, 192 – 3º andar – sala 32 – CEP: 12400-450 – Tel./Fax: (12) 3648-8239 – E-mail: pinda@seesp.org.br. PIRACICABA: R. Benjamin Constant, 1.575 – CEP: 13400-056 – Tel./Fax: (19) 3433-7112 – E-mail: piracicaba@seesp.org.br. PRESIDENTE PRUDENTE: R. Joaquim Nabuco, 623 – 2º andar – sala 26 – CEP: 19010-071 – Tel./Fax: (18) 3222-7130 – E-mail: pprudente@seesp.org.br. RIO CLARO: Rua Cinco, 538 – Salas 1 e 2 – Centro – CEP 13500-040 – Tel./Fax: (19) 3534-9921 – E-mail: rioclaro@seesp.org.br. SÃO CAETANO DO SUL: Estrada das Lágrimas, 1.708 – Tel.: (11) 2376-0429 – E-mail: saocaetano@seesp.org.br. SÃO CARLOS: R. Rui Barbosa, 1.400 – CEP: 13560-330 – Tel./Fax: (16) 3307-9012 – E-mail: scarlos@seesp.org.br. SÃO JOSÉ DOS CAMPOS: R. Paulo Setubal, 147 – sala 31 – CEP: 12245-460 – Tel.: (12) 3921-5964 – Fax: (12) 3941-8369 – E-mail: seesspc@uol.com.br. SÃO JOSÉ DO RIO PRETO: Alameda das Orquídeas, 150 – CEP: 15061-150 – Tel./Fax: (17) 3232-6299 – E-mail: sjriopreto@seesp.org.br. SOROCABA: R. da Penha, 140 – CEP: 18010-000 – Tel./Fax: (15) 3231-0505 / 3211-5300 – E-mail: sorocaba@seesp.org.br. TAUBATÉ: Rua Venezuela, 271 – CEP: 12030-310 – Tels.: (12) 3633-5411 - 3631-4047 – Fax: (12) 3633-7371 – E-mail: taubate@seesp.org.br.



Homenagem no Dia do Engenheiro

Como tradicionalmente ocorre, no próximo dia 11 de dezembro – Dia do Engenheiro – o SEESP entregará aos destaques do ano o Prêmio Personalidade da Tecnologia de 2013. A solenidade em celebração à data acontecerá às 19h30, na sede do sindicato, na Capital.

Nesta 27ª edição do prêmio, serão agraciados Frederick Michael Litto (categoria Em-

preendedorismo e inovação na educação), Sérgio Amadeu da Silveira (Inclusão digital e internet pública), Lúcio Gregori (Mobilidade urbana), Miguel Luiz Bucalem (Planejamento urbano), Dilma Seli Pena (Saneamento ambiental) e Luiz Paulo Teixeira Ferreira (Valorização profissional). Mais informações pelo telefone (11) 3113-2641.

2º Encontro Nacional da CNTU discute sindicalismo

Será realizado nos dias 5 e 6 de dezembro o 2º Encontro Nacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU), no SEESP, em São Paulo. O evento coloca em pauta os desafios do sindicalismo de profissionais universitários no Brasil. Além disso, será apre-

sentada a iniciativa “Brasil 2022: um projeto estratégico para o País que queremos”.

Na oportunidade, será ainda realizada a 3ª Plenária do Conselho Consultivo da CNTU e a posse dos novos membros desse fórum de discussões. E ao final, será entregue o Prêmio Personalidade Profis-

sional 2013 a sete profissionais de destaque na luta por um país melhor – nas categorias Economia, Engenharia, Farmácia, Medicina, Nutrição e Odontologia, bem como em Excelência na gestão pública. Mais informações pelos telefones (61) 3225-2288 ou (11) 3113-2641.

FNE participa de Conferência Nacional das Cidades

Sobre o tema “Quem muda a cidade somos nós: reforma urbana já”, ocorreu em Brasília (DF), entre 20 e 24 de novembro, a 5ª Conferência Nacional das Cidades. Cerca de 3 mil representantes da sociedade civil de diversas partes do País estiveram presentes, além de autoridades, como prefeitos, governadores, ministros e a presidente da República, Dilma Rousseff, que abriu o evento. Na oportunidade, foram aprovadas propostas prioritárias à atuação do Ministério das Cidades. Em sua quinta edição, a conferência contou ainda com um balanço dos dez anos de existência desse ministério e do Conselho Nacional das Cidades (ConCidades).

Participando dos debates com dez delegados, a Federação Nacional dos



Representantes da FNE na conferência discutem políticas públicas e garantem vaga no conselho.

Engenheiros (FNE) garantiu vaga como titular nesse fórum para mandato de três anos – a posse será no primeiro semestre de 2014. Laerte Conceição Mathias de Oliveira, que representava a entidade no ConCidades e faleceu em 12 de outubro último, vítima de trágico acidente automobilístico, recebeu várias homenagens na ocasião, pelo trabalho realizado em prol do desenvolvimento urbano no País.

SE “VENCER NA VIDA” FOSSE APENAS SOBRE TRABALHO,
A EXPRESSÃO SERIA “VENCER NO TRABALHO”.

O que é ser bem-sucedido?
Para sua carreira, é fazer o MBA de uma das melhores escolas de negócios do país.
Para sua vida, é ter sua própria definição do que é sucesso.

REFERÊNCIA PARA SUA CARREIRA.
REFERÊNCIA PARA SUA VIDA.

STRONG
Educação
CONVENIADA

MBA  **FGV**

strong.com.br/fgv

Alphaville | Osasco | Santo André | Santos | São Caetano do Sul